

PROFESSOR: uma identidade em construção

Rozélia V. Ortiz^{1*} (PG), Edgardo A. Prado² (PQ) *rozeliaortiz@ibest.com.br

1 - Mestrado em educação – Universidade de Passo Fundo; 2 – Área de Química – Universidade de Passo Fundo

Palavras Chave: Formação de Professores, Profissão, Licenciaturas

Introdução

A compreensão mais elaborada do significado do ser professor é imprescindível para a definição do perfil do profissional que desejamos formar em nossos cursos de licenciatura.

Buscamos, neste trabalho, traçar um panorama de como a figura do professor se profissionaliza no decurso da história e como chega aos dias de hoje. A partir dessa trajetória se projetam os possíveis papéis para este profissional e caminhos para a construção de sua identidade.

Resultados e Discussão

Papel Histórico...

Para termos uma melhor compreensão de como foi se constituindo o conjunto de conhecimentos específicos do campo educacional, precisamos retomar, mesmo que de forma sucinta, a história do ensino.

O conhecimento, desde os primórdios dos tempos, esteve nas mãos de pequenos grupos que o utilizavam como poder. Nas sociedades mais antigas, como a egípcia, percebe-se a importância dada ao conhecimento sistematizado, como indica esta afirmação:

“Por isso, recomendo a você que se dedique às letras. Nada existe acima da profissão das letras. Assim, aquele que desde a infância dedica-se às letras será um homem honrado” (Cotrim, 1996, p.70). Com os gregos o conhecimento tem o seu apogeu. É na Grécia que surgem a Filosofia e as bases da Matemática e da Física. As escolas eram particulares e somente os meninos podiam frequentá-las. Aprendiam a ler, tocar, fazer contas, permaneciam na escola até os quinze anos e depois aprendiam um ofício (oleiro, pedreiro...). Se quisessem continuar seus estudos, precisavam encontrar um filósofo que ensinasse grupos de jovens. O ensino era ao ar livre e na forma de diálogos.

“... mas só com os sofistas que se chegará a um ensino no sentido moderno, como transmissão de um ensino técnico através de um itinerário de aprendizagem provado e programado, pelo qual o docente é pago, sendo reconhecido como um técnico que oferece no mercado seu próprio produto. As escolas dos sofistas são itinerantes, mas

abarrotadas, voltadas para a formação do orador” (Cambi, 1999, p. 99).

O cristianismo foi o responsável por uma profunda mudança no mundo antigo e na concepção pedagógica. Os conhecimentos que passam a ser valorizados e ensinados são guiados pelos princípios religiosos e teológicos. Esse conhecimento, *currículo da Paidéia* cristã, está nas mãos dos padres que seguem o modelo de vida de Cristo. São eles os responsáveis pela educação, normalmente ocorrida nos mosteiros.

“Mas o cristão deve também adquirir conhecimentos, que enquanto universais e eternos superam o próprio indivíduo e se colocam além da linguagem (que é um instrumento): tais verdades devem ser “descobertas” e “despertadas”; o mestre é, portanto, sobretudo um mestre interior, do qual Cristo é o símbolo. Aprender é operar este despertar, seguindo o mestre espiritual, que ilumina com a verdade dos universais” (Cambi, 1999, p. 137).

Na Baixa Idade Média, com o renascimento do comércio e a retomada das atividades artesanais, iniciam as associações profissionais que irão congregar uma educação baseada em técnicas de trabalho, configurando um ofício.

“As corporações afirmam-se em toda a Europa e desempenham um papel fundamental na sociedade e nos próprios processos educativos, tornando-se lugar da formação profissional. Esta se articula segundo princípios técnicos e ético-sociais que são assimilados não só pelo aprendiz, mas também pela participação na vida da corporação, o estudo de seus estatutos, o respeito à suas regras, que dizem respeito não apenas aos “segredos” do ofício, como também aos comportamentos individuais e sociais a assumir”.(Cambi, 1999, p. 175).

No final do último período do feudalismo, a produção de mercadorias e o comércio se expandem e uma nova força de organização social emerge. A vida na cidade se intensifica e surge uma classe média que luta para conquistar um espaço nesta sociedade.

As idéias iluministas resgatam a importância da liberdade da ação humana e surge a necessidade de um método científico e racional de investigação. Começam a ser propagadas as idéias que irão caracterizar a Modernidade.

Com as idéias iluministas se cria um clima favorável para o surgimento de novas concepções nas diversas áreas; artes, ciência, filosofia. Grandes pensadores despontam: Descartes, Bacon, Galileu. Ocorre,

nesse período, um incentivo à educação através da construção de escolas públicas e apoio a academias científicas e literárias.

Comênio, que vive o período dessas mudanças e da efervescência das idéias iluministas, é o grande pensador da área educacional. Com sua “Didáctica Magna” propõe uma mudança na forma de ensinar. Critica a escolástica e seu método de conduzir o pensamento do aluno através da exposição de argumentações e apresenta nove princípios nos quais o ensinar deve-se basear para que ocorra uma boa aprendizagem, privilegiando o processo de ensino.

“Nós ousamos prometer uma “Didáctica Magna”, isto é, um método universal de ensinar tudo a todos... Que deverá auxiliar o professor a ensinar

com prazer e solidamente para obter bons resultados... E de ensinar com tal *certeza*, que será impossível não conseguir bons resultados. E de ensinar rapidamente, ou seja, sem nenhum aborrecimento para os alunos e professores, mas antes com sumo prazer para uns e para outros. E de ensinar solidamente, não superficialmente e apenas com palavras, mas encaminhando os alunos para uma verdadeira instrução, para os bons costumes e para a piedade sincera...” (Comênio, apud Damis, 2001, p.18 –19).

Mas é com a Revolução Industrial, na qual a forma de produção é mecanizada, onde ocorre um aumento da divisão do trabalho, que a educação irá passar por uma grande reforma.

Com o desenvolvimento do capitalismo, os métodos de produção são aperfeiçoados, a idéia de produção em série e de linhas de montagem com trabalhadores especializados é sinônimo de produtividade e lucro. O sucesso da especialização do processo produtivo serve como justificativa para a tentativa de especializar igualmente o processo de ensino.

Inicialmente, eram poucas escolas e sua função era preparar a elite para assumir o poder. Os governos, à medida que oferecem escolas públicas, usam-as como um agente importante no enquadramento ideológico da sociedade que está sendo formada.

“Se a sociedade moderna tem necessidade de ideologia e do jogo complexo das ideologias para garantir-se no seu pluralismo dinâmico sem perder em coesão e em organicidade, para garantir ao mesmo tempo liberdade de sujeitos, grupos, castas, classes, povos etc. e domínio orgânico sobre eles, então a dimensão pedagógica se torna não só central, mas também carregada dessa vontade de coesão, de unificação social, mediante o papel da socialização que ela vem concretamente exercer e assumir como sua própria tarefa” (Cambi, 1999, p. 382).

Papel Atual...

Percebemos que a educação girou sempre em torno do tipo de sociedade que estava inserida, o que é

extremamente compreensível, visto que é feita por homens e acontecimentos históricos.

Nos parágrafos acima, observamos que o objeto de conhecimento dos educadores, por um bom tempo (Idade Antiga e Média) era composto por um conjunto bem definido de saberes e possuíam uma referência formativa (oratória, política, sacerdócio). Os educadores, a princípio os filósofos e posteriormente os membros da igreja, gozavam de um grande prestígio e reconhecimento, seus conhecimentos eram inquestionados.

No decorrer do tempo, o educador vai recebendo demandas diferenciadas, mas, até o início da idade moderna, os conhecimentos obedeciam a um modelo de sociedade estática, autoritária, com a pretensão de imodificada, apesar dos grandes problemas sociais que viveu, o que não acarretava diferenças significativas de atuações. O conjunto de conhecimentos sofria modificações, mas seu domínio, sua importância e validade não eram questionados, pois existia um poder que justificava esses conhecimentos (filósofos, igreja, Estado).

É com a Era moderna e sua complexidade social que o conhecimento passa a sofrer indagações acerca de seu objetivo e importância.

“São dois, portanto, os efeitos-de-base da “revolução” pedagógica (teórico-pedagógica) da Modernidade: o pluralismo dos paradigmas (ou modelos recorrentes de teoria) e o declínio tendencial do modelo metafísico; efeitos que produzem como consequência a conflitualidade entre os modelos e uma exigência de reforço analítico (epistêmico) da teoria, tornando este âmbito da pedagogia cada vez mais complexo e dinâmico no seu próprio interior.

“Mas essa complicação de pedagogia (...) está sujeita a rupturas imprevistas, a atrasos e acelerações, a inversões, a saltos etc., que se tornam cada vez mais acentuados e que dependem da mobilidade econômico-social e cultural da sociedade moderna, a qual atualiza processos teóricos de projeção educativa cada vez mais assimétricos (correspondentes a momentos específicos e a áreas limitadas), cada vez mais capazes de escorregar um sobre o outro ou contrapor-se ou convergir etc” (Cambi, 1999, p.212 - 213).

À medida que a escola se populariza e ganha alguma “autonomia”, suas intenções educativas oscilam, centrando-se ora na natureza epistemológica, ora na natureza psicológica, ora nas questões socioantropológicas e ora nas técnicas e procedimentos pedagógicos.

As abordagens educativas que partem de concepções especializadas carregam a parcialidade do ponto de vista destas. O psicólogo centrará a análise do processo educativo na relação interpessoal, o sociólogo na evolução da estrutura social, o técnico nos métodos e ferramentas de ensino.

Em virtude dessa mobilidade de objetivos, o campo educativo foi paulatinamente fragmentando-se e a ação de profissionais de várias áreas passa a ser freqüente nas questões educativas. As prescrições de “especialistas” institucionais, através de programas educativos, levam a escola a optar por determinadas concepções de educação.

Podemos, então, dizer que a atividade exercida pelo professor, na atualidade, se caracteriza como profissão?

No dicionário Aurélio encontramos a seguinte definição para profissão: “ato ou efeito de professar; atividade ou ocupação especializada que supõe determinado preparo; ofício que encerra um caráter social ou intelectual”. Como podemos perceber, nessa definição existe uma similaridade entre profissão e ofício.

Philippe Perrenoud salienta que, na França, existe distinção entre ofício e profissão. Essa sociedade considera todas as profissões como ofícios, porém, entende que nem todos os ofícios são profissões.

Para ser considerada uma profissão, é necessário que as pessoas que desenvolvem a atividade possuam a capacidade de elaborar e executar conceitos conforme o surgimento das necessidades. Utilizam um conjunto de conhecimentos, de experiências e empregam-nos de forma autônoma, adequando-os ou reinventando-os conforme as situações apresentadas. No ofício, existe uma prescrição maior da atividade a ser desenvolvida, não existe espaço para a autonomia. Quando as prescrições apresentam falhas, as soluções das mesmas são feitas pelos que elaboraram suas regras.

“Na teoria, um profissional deve reunir as competências de alguém que elabora conceitos e executa-os: ele identifica o problema, apresenta-o, imagina e aplica uma solução e, por fim, garante o seu acompanhamento. Ele não conhece de antemão a solução dos problemas que surgirão em sua prática, deve construí-la constantemente ao vivo, às vezes, com grande estresse, sem a dispor de todos os dados de uma decisão mais clara. Jobert (1998-1999) recorda que a competência profissional pode ser concebida como a capacidade de gerenciar o desvio entre o trabalho prescrito e o trabalho real” (Perrenoud, 2002, p.11).

No texto de Carr e Kemmis (1988), “Maestros, investigadores y currículo”, os autores também fazem uma reflexão sobre as ocupações profissionais e apresentam critérios normalmente utilizados para definir o que seja uma profissão. Uma profissão requer técnicas e um corpo de conhecimentos elaborados teoricamente. O profissional deve estar atento aos interesses do seu cliente, adequando juízos e procedimentos específicos, isento do controle externo não profissional. Esta autonomia funciona tanto nas tomadas de decisão individuais, como nas coletivas. Por exemplo, no Brasil, a profissão jurídica (OAB) seleciona seus membros e

estes possuem seus procedimentos disciplinares e de responsabilidade.

Enguita utiliza o termo “proletarização” para definir o conjunto de atividades profissionais que não possuem autonomia de sua ação.

“Um operário é um trabalhador que só não perdeu ou nunca teve acesso à propriedade de seus meios de produção, como também foi privado da capacidade de controlar o objeto e o processo de seu trabalho, da autonomia de sua atividade produtiva” (1991, p.42).

Para Enguita (1991), o que caracteriza uma profissão é a sua condição de autonomia, de auto-regular o seu próprio trabalho e atuação. Para este autor, o professor está ocupando uma ambivalência da docência, que é uma posição intermediária. Não chega a ter perdido totalmente sua autonomia, porém, não consegue regular seu trabalho e sua atuação porque estão sempre tentando atender aos anseios de vários segmentos sociais.

Para Carr e Kemmis:

“.... es en el aspecto de la autonomía donde halla sus limitaciones más serias la profesionalidad de los maestros. Pues si bien los maestros pueden formular juicios autónomos en el decurso de la actividad cotidiana de las clases, y en efecto lo hacen, en cambio poseen escaso control sobre el contexto organizativo general dentro del cual ocurre dicha actividad. Los enseñantes actúan dentro de instituciones organizadas jerárquicamente, por lo resulta mínima su participación en la tomada de decisiones y la preparación de nuevos miembros, los procedimientos de disciplina interna y las estructuras generales de las organizaciones en cuyo seno trabajan”. (Carr e Kemmis 1988, p. 27)

Analisando os conceitos acima, podemos levantar estes pontos comuns que ajudam a caracterizar uma profissão:

- a existência de um conjunto de conhecimentos específicos e teóricos e que estes possam ser elaborados e reelaborados na reflexão da ação prática;
- autonomia e responsabilidade na utilização dos conhecimentos.

Retomando a pergunta acima, abordaremos esses dois itens dentro da perspectiva educacional.

Outros autores, como Novaes (1987) trabalham mais na perspectiva de elencar fatores que contribuem para a descaracterização e desvalorização do magistério, como a feminização da função, a divisão técnica do trabalho, os baixos salários.

Em virtude da complexidade de cada um dos fatores citados e da delimitação desse trabalho, centramos nossa análise nos dois requisitos elencados por Perrenoud, Carr, Kemmis e, parcialmente, nas idéias de Enguita.

No magistério, é possível perceber que tais atitudes estão, muitas vezes, presentes, na ação dos professores. Sendo assim, podemos então dizer que a atividade educacional, nos moldes em que hoje se

apresenta, não pode ser definida como uma profissão.

O professor recebe a demanda do aluno, necessita atender os desejos dos pais, da comunidade, da administração, dos donos dos estabelecimentos, dos sistemas de ensino e compreender a conjuntura sócio-político-econômica em que atua. Diante de tantos requisitos, o professor sente-se inseguro e não consegue desenvolver o trabalho que considera o mais apropriado. Acaba por assumir programas definidos, o que, muitas vezes isenta-o da responsabilidade pelo fracasso de sua atuação.

Gerenciar com equilíbrio os objetivos educacionais inseridos num contexto social extremamente dinâmico é tarefa árdua e demanda conhecimentos bastante variados, o que exige dos professores um conjunto teórico complexo, pois abarca, além do domínio cognitivo, a formação e o desenvolvimento do ser humano.

Devemos, porém, além de identificar quais são os pontos mais frágeis que impedem a qualificação da ação docente e realizar a reflexão do que significa não possuir o status de profissão, procurar constituir uma prática reflexiva que ajude a, gradativamente, avançarmos na superação destas questões.

Atualmente, diferentes bibliografias têm apresentado proposições que remetem para alternativas que ajudam a minimizar o problema do esfacelamento do saber do professor. Argumentam que a posse de um conjunto teórico articulado de forma reflexiva na ação cotidiana dará condições de, pouco a pouco, esse educador capacitar-se e adquirir confiança necessária para agir com maior autonomia. O estudo em grupo ou entre seus pares possui papel relevante nesse processo, pois possibilitará situar questões, angústias, práticas comuns ou diferenciadas que ajudaram a pensar, propor, utilizar e avaliar ações de forma mais aprofundada.

“Alguns profissionais têm o azar e a sorte de duvidar. Eles não têm certeza de saber que linha de conduta devem adotar. Nesse caso, eles precisam dispor dos recursos intelectuais capazes de reconstruir certezas provisórias. Isso poderá ser alcançado com maior facilidade se trabalharem em equipe, mas não os dispensará de refletir, de pesar os prós e contras, de pensar nas contradições e buscar um ponto de equilíbrio desconfortável, que representa um frágil compromisso entre valores e finalidades contrapostos” (Perrenoud, 2002, p.55).

Perrenoud esclarece também que a reflexão sobre o agir prático não é o suficiente, o educador precisa refletir ainda, sobre o como e o porquê de sua atuação. Que não existe um limite preciso que defina este agir, pois, sendo os professores indivíduos que possuem histórias de vida marcada por valores, hábitos, traumas próprios, tenderão expressá-los naturalmente.

“Se fosse suficiente aplicar um princípio, não haveria dilema. A formação e os textos não podem dar uma resposta nem sequer um conselho. Ela pode ajudar

cada um a construir seu julgamento devido a um treinamento que explicita, de forma simultânea, a situação, as alternativas e os desafios. A postura e as competências reflexivas não garantem nada; contudo, ajudam analisar os dilemas, a construir escolhas e a assumi-las” (Perrenoud, 2002, p. 56).

Outro aspecto polêmico discutido por vários estudiosos diz respeito à necessidade e validade de um mediador no trabalho de estudos e reflexões sobre a ação pedagógica.

Kramer (1989), nos fala de uma rede de “formadores”: “...coloca-se como indispensável a formação de uma rede de “formadores”, ou seja, o fortalecimento dos níveis intermediários, mas situados nas escolas e trabalhando com os professores”.

Carr e Kemmis (1988, p.58) falam de um ensino cooperativo entre os educadores e os especialistas: “La acción estratégica que está informada por cierto marco de pensamiento o racionalidad y cuenta además con una práctica que le confiere significado material, es más idónea para la reflexión crítica. Un ejemplo de acción estratégica podría ser la utilización de la enseñanza cooperativa por parte de un maestro normal y de un especialista en lectura, a fin de ensayar una recuperación”.

Os autores citados abordam a necessidade da presença qualificada do “outro” em virtude de terem a compreensão que a atividade docente é complexa por trabalhar em circunstancias históricas e contextos sociais particulares.

Conclusões

Papel Futuro???

Apesar do discurso recorrente sobre a importância do papel do professor, no decorrer da história educacional, muitas vezes coube a ele a simples tarefa de aplicador de teorias, programas e técnicas pensadas por “intelectuais”. Neste momento, um discurso quer que o professor assuma a responsabilidade pelo processo de ensino e aprendizagem e seja sujeito de sua ação pedagógica. Entretanto, esperar que os educadores assumam esse papel sem lhes proporcionar uma formação adequada que os ajude a enfrentar a complexidade do fazer pedagógico é permitir que a sensação de fracasso, que já faz parte do inconsciente dessa classe, venha a reforçar-se.

É comum presenciar nas escolas um jogo de empurra-empurra em relação à culpa do fracasso da escola - embora, para muitos estudiosos, esta não fracassou, muito pelo contrario, cumpriu o papel a ela destinado dentro de uma sociedade capitalista, reforçando as desigualdades sociais. Nesse processo surgem duas posturas entre os professores. Uma parte acaba por isentar-se de responsabilidade e coloca a culpa nos programas, teorias, baixos salários, conjuntura social etc., outra parte toma para si toda a responsabilidade dos problemas

educacionais e procura, sem sucesso, solucioná-los. Como resultado, existe um permanente conflito entre os membros do corpo docente que inibe o aproveitamento das diferenças individuais, impedindo, assim, que se pense a ação educativa num coletivo, o que ajudaria na construção de propostas significativas para essa comunidade.

Precisamos refletir criticamente sobre o tipo de formação de educadores que se tem oferecido atualmente. Sabemos que os cursos de licenciatura não têm conseguido responder a todas as demandas da qualificação dos docentes. Para ilustrar, podemos citar sucintamente: pouco tempo de estudo sobre os fundamentos e teorias educacionais, ensino desvinculado da realidade das escolas, momentos diferenciados de teorias e práticas.

O entendimento de que teoria e prática são intrinsecamente ligadas, em que uma é a extensão da outra e vice-versa e que o conhecimento se constrói na mediação das duas é fator determinante para entendermos que é impossível uma “implementação” vitoriosa de programas de ensino. Segundo o senso comum isso até seria possível, pois se aceita que esses dois aspectos ocorrem em momentos distintos: no primeiro momento o professor apropria-se da teoria e somente depois vai aplicá-la.

Pensar numa formação além da acadêmica, de cursos e seminários e construir um entendimento de que a formação ocorre em momentos variados e a todo instante ajudará a incorporarmos o trabalho em grupos, em pares, a análise da própria prática, a influência de fatores extra-escolares, como: família e coletividade social, na formação dos professores.

O momento educacional, dentro de perspectivas críticas, tem colocado para aos educadores a importância de assumir a responsabilidade e as consequências pelo objeto de seu trabalho, o conhecimento. Caso contrário a atuação pedagógica corre o risco de transformar-se em simples aplicadora de programas, regras e normas preescritas pelos “intelectuais” contratados pelos órgãos oficiais de ensino.

⁶NOVAES, M. E., *Professora primária: mestre ou tia?*, São Paulo, Cortez, 1987.

⁷PERRENOUD, P., *A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica*, Porto Alegre, Artmed, 2002.

Agradecimentos

À UPF, pelo apoio institucional.

¹CAMBI, F., *História da Pedagogia*, São Paulo, Unesp, 1999.

²CARR, W.; KEMMIS, S., *Teoría crítica de la enseñanza: la investigación-acción en la formación del profesorado*, Barcelona: Martinez Roca, 1988.

³COTRIM, G., *História & Reflexão*, 4ª ed., São Paulo, Editora Saraiva 1996

⁴ENGUITA, M. F., *A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização*, Porto Alegre, Teoria & Educação 1991.

⁵KRAMER, S., *Melhoria da qualidade do ensino: o desafio da formação de professores em serviço*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 70 (165): 189-207, 1989.